

ESTRATÉGIA MILITAR E GEOPOLÍTICA APLICADA

Alberto Cardoso*

Alguma coisa é mais importante do que o trabalho do soldado deve
ser bem feito?

Platão, século IV a. c. *A república*

Honrado com o convite para fazer comentários sobre o eixo temático delineado no livro *Estratégias Militares Dominantes*¹, nesta homenagem ao centenário de nascimento do General Carlos de Meira Mattos – um soldado que fez muito bem o seu trabalho, na paz e na guerra –, penso que analisar para leitores civis e militares² os principais temas dos ensinamentos brindados pelo autor na sua obra, seria também uma forma de reverenciá-lo.

Como sabemos, o tempo tende a fazer caducar conceitos da estratégia moderna (da antiga, só não prescrevem as representações genéricas boas ou as criadas por poucos gênios). Todavia, apesar dos quase trinta anos da primeira edição, o livro de Meira Mattos nos traz, ainda plenos de valência, seus pensamentos e complementações das reflexões de alguns clássicos. Aproveitar as oportunidades de aprendizagem que os grandes mestres, como o nosso autor, nos disponibilizam nas fontes inesgotáveis de suas publicações, e repassá-las, é uma boa maneira de continuar a difusão do conhecimento. A ideia mesma da exploração de eixos temáticos, baseada em sua bibliografia, dá seguimento à pertinência com que o general se dedicou ao compartilhamento de sua sabedoria.

* Alberto Mendes Cardoso é General do Exército Brasileiro. Foi instrutor-chefe do Curso de Infantaria da AMAN. Como coronel, comandou o 11º Batalhão de infantaria de Montanha, em São João del-Rei, e também o Corpo de Cadetes da AMAN. Como oficial-general, foi comandante da 2ª Brigada de Infantaria Mororizada, em Niterói, em 1994. Foi ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. Encerrou sua carreira militar na função de chefe do Departamento de Ciência e Tecnologia do Exército.

1 Biblioteca do Exército, 1986.

2 Pelo fato de mencionar civis e militares, na categoria de leitores, pois o texto foi redigido tendo os dois grupos em mente. Algumas ideias poderão parecer dispensáveis para uns ou outros, mas, ao final, deverão compor um todo com sentido para o conjunto.

Este livro não lida apenas com estratégia, mas também, com História e Geopolítica, matérias indispensáveis ao embasamento das opiniões e propostas de Meira Mattos. Especialmente no capítulo 6, *Sugestões para uma Estratégia Militar Brasileira* – meta e síntese das análises anteriores –, ele usa o seu conhecimento para mostrar, dentre outros aspectos, a possibilidade de se adotar o método geopolítico³ no diagnóstico das necessidades de defesa nacional, do qual resultam os objetivos da política de defesa nacional e as estratégias militares voltadas à persecução deles. Ei-lo, como sempre, dando aplicação útil à geopolítica.

Nos últimos parágrafos do capítulo de conclusão, o autor exalta a importância da ação de chefia e do assessoramento do estado-maior para o êxito das estratégias militares. No item final, ele fecha o foco sobre o elemento básico das vitórias ou fracassos, como um sinal de alerta em relação aos riscos dos devaneios estratégicos: “Na guerra, como em todo empreendimento maior, no passado, no presente e no futuro, em que pese a mais avançada tecnologia, o sucesso dependeu, depende e dependerá do homem.” Um princípio que “imperava através da história, na paz e na guerra, e projeta-se com toda a força no futuro”. Refere-se ao planejador e ao executante, ao estrategista e ao tático, ao comandante e ao assessor, ao general e ao soldado sem divisas.

Com o pragmatismo de quem crê que nenhuma teoria tem valor se não for exequível, ele iguala todos (“o homem”) em importância, como uma síntese das estratégias militares dominantes, depois de percorrer o que, em suas palavras, define como “a saga traçada pelas principais teorias sobre a guerra e sobre a estratégia militar, desde os escritos do general chinês Sun Tzu, do século V a.C., até as últimas projeções do conflito”. Todo estrategista, estudante da matéria ou leitor diletante deveria ter em mente esse fecho da obra durante sua leitura.

PARÂMETROS PARA A ANÁLISE

A análise vai se guiar por três grupos temáticos de conceitos que sobressaem no livro do general Meira Mattos: estratégia – princípios

3 Meira Mattos define geopolítica assim: “Parte da ciência política inspirada nas realidades geográficas do Estado”.

da estratégia – dissuasão; planejamento militar – estratégias militares combinadas – teatro de operações; e cultura nacional – doutrina militar. Alguns dos comentários sobre estes temas têm conteúdo oficial, outros se baseiam em pontos de vista pessoais. As considerações serão entremeadas por ideias pertinentes aos conceitos, conforme transmitidas pelo general nos sete capítulos do livro. De vez que essas observações se destinam a leitores civis e militares, estes deverão de entender que explicações já de seu conhecimento sobre assuntos do dia a dia da seara castrense foram acrescentadas tendo em vista o público leigo no assunto. Há que se estar atento para a exploração inteligente e intensiva das citações de autores clássicos, elaborada pelo autor na obra. Ele as usa não como respaldo para suas opiniões, mas com o objetivo de ampliar o campo da visão possível das disciplinas Geopolítica e Estratégia, na qualidade de doutor nessas matérias. Chamo a atenção para esse aspecto, porque sua posição quanto aos conceitos assim expostos e avalizados ou complementados é uma fonte rica dos ensinamentos e de ampliação ulterior útil à pesquisa.

Na *Cosmovisão Filosófica*, introdução e moldura do livro, Meira Mattos condensa as grandes linhas filosóficas de condução da guerra, partindo das concepções priorizadas pelos dois maiores tratadistas. De Sun Tzu, sintetiza a preferência pelo modo indireto, a submissão do inimigo por meio da influência ou persuasão das mentes dos governantes, dos comandantes e da tropa acerca da inutilidade do enfrentamento. De Clausewitz, faz a síntese da ideia de submissão pelo uso direto da força. São duas concepções não excludentes – porque complementares e apenas preferenciais – no estreito espectro de políticas e estratégias aceito por ambos em suas obras: *A Arte da Guerra* e *Da Guerra*.

Outro ponto a observar é o fato de o livro ter sido escrito antes da desintegração da União Soviética (URSS), que determinou duas novas circunstâncias na dinâmica mundial: um vácuo na liderança do movimento de expansão do comunismo e a polarização militar do mundo em uma só superpotência. Em consequência, a arma ideológica, que servia aos interesses de ampliação da área de influência da URSS – entenda-se como conquista e consolidação de mercados –, deixou de ser empregada por

uma grande potência, justamente a sua criadora. A China – automeada comunista – já estava em sua marcha rigorosamente controlada para o capitalismo e concentrava os esforços nacionais para conquistar mercados por via dos preços imbatíveis de seus produtos, não mais por meio da revolução armada. Esta deixara de ter sentido, de vez que seu papel já fora cumprido. Segundo as perspectivas da Rússia e da China, que os EUA ficassem com sua unipolaridade militar e suas preocupações com o terrorismo, pois para a nação soviética já era mais do que bastante lidar com a combalida economia soviética herdada, e em se tratando da China só interessava continuar batendo recordes de crescimento econômico, surfando nas ondas dos ciclos do “capitalismo jamais selvagem”.

Assim, órfã de uma potência, a chamada estratégia revolucionária (armada), esmaeceu. A ideologia comunista passou a servir a partidos políticos nacionais na disputa eleitoral pelo poder, “customizada” de acordo com as características dos países fora da América do Norte e da Europa e seguindo a cartilha *gramscista* revitalizada. A estratégia revolucionária com base na guerrilha perdeu, assim, preeminência e sua natureza paramilitar cedeu a prioridade para a eleitoral⁴. Convém repetir: *prioridade*; tendo em vista que em alguns países é fácil perceber a existência de “reservas estratégicas” diante da guerrilha como alternativa de manutenção do poder em face do risco de perda pela via legal.

Os conceitos de poder e políticas de Estado permeiam o livro da primeira à última página, considerando-se o poder nacional indissociável do tema defesa nacional, indelegável pelo Estado. Tais ideias fundamentam a afirmativa do general Meira Mattos, no capítulo sobre política e estratégia – *O poder é inerente ao Estado* –, como se fosse o fecho de um silogismo que utilizasse as duas assertivas anteriores como premissas. O silogismo poderia ser: Poder nacional é indissociável do tema defesa

4 Após os êxitos eleitorais de correntes econômicas liberais, na última década do sec. XX, iniciou-se uma onda de vitórias eleitorais populistas esquerdistas na América Latina, que implantaram uma espécie de hegemonia política interna nos países, à custa de alguns costumes – para evitar a fortíssima palavra princípios – democráticos, como a independência dos Poderes da República, ameaçada, por exemplo, pela cooptação ou submissão do Parlamento pelo Poder Executivo ou, ainda, por pressões sobre o Judiciário (escrito em maio de 2013).

nacional. Defesa nacional é indelegável pelo Estado. Logo, o poder é inerente ao Estado.

As políticas de Estado dependem da gestão das áreas de atividade que garantem sua perenidade. Defesa, relações exteriores, moeda, idioma, educação e valores da cultura, saúde, meio ambiente e fortalecimento do poder nacional são indicadores constantes para um grupo de pessoas razoavelmente bem informadas. Encarregados da gestão das políticas de Estado, os governos que se sucedem devem reconhecer eticamente que dispõem de margem de manobra muito estreita para alterá-las a fim de atender programas partidários. Quanto às demais políticas também dirigidas pelo governo, a margem é maior e podem ser adaptadas ao programa do partido no poder, sem danos para o Estado.

Se respeitado esse preceito ético, as estratégias de execução da Política (de Estado) de Defesa Nacional – em especial a Estratégia Nacional de Defesa (pessoalmente, prefiro *de Defesa Nacional*) – teriam maior tempo para consolidação e, conseqüentemente, adquiririam consistência.

ESTRATÉGIA, PRINCÍPIOS DA ESTRATÉGIA, DISSUASÃO

O general Meira Mattos inicia o capítulo 2, *Política e Estratégia*, se alinhando com Themístocles Cavalcanti na definição de que a ciência política “trata dos fenômenos que se enquadram na organização, na estrutura, no funcionamento do Estado e no exercício do poder”. Mas não para aí. Aperfeiçoa o conceito, introduzindo sua relação com a estratégia: “Política é a arte ou ciência de governar. É a concepção de como governar o Estado. A estratégia é a arte de executar a política. Política é o que fazer; estratégia, como fazer (para alcançar os objetivos da política)”.

Existem variados níveis e naturezas de estratégias no campo da conquista e defesa dos legítimos interesses nacionais; todos necessariamente decorrentes de metas estabelecidas por políticas ou diretrizes políticas.

A estratégia nacional de nível governamental ou de Estado é voltada para a conquista e consolidação dos grandes interesses ou objetivos na-

cionais. Sua execução pode ser obstaculizada por adversários externos conscientes da intenção de imporem suas vontades em defesa de seus próprios interesses nacionais, caracterizando-se, assim, uma situação de conflito. A gestão da estratégia nacional na solução de conflitos deve ser efetivada por *ação indireta*, por meio da ação diplomática, sem emprego predominante de meios militares⁵. A ocorrência de impasses políticos acerca de interesses nacionais vitais pode, em última instância, até mesmo levar à guerra, que é a política adotando uma estratégia nacional com a *ação direta* do uso prevalecente de meios militares, sem que, todavia, cesse a atividade diplomática intensa. Então, a estratégia nacional pode ser indireta (na não guerra) ou direta (na guerra). No mesmo nível e natureza da nacional e pelas mesmas razões, denomina-se estratégia *geral* – indireta ou direta – a empregada por movimentos revolucionários que visem à tomada do poder do Estado, questões abordadas pelo general Meira Mattos.

Quando se vincula à política e aos objetivos de guerra, a estratégia nacional assume a atitude de estratégia (nacional) de guerra. Nessa situação, a estratégia militar – que surgiu com a guerra (a gênese de ambas tem a mesma origem) – é ativada no teatro de guerra (TG)⁶ como preponderante no conjunto das demais estratégias nacionais setoriais (econômica, psicossocial, de pesquisa e desenvolvimento) envolvidas com a busca da vitória. As forças armadas de um país em guerra ou a guerrilha de um movimento revolucionário são executantes da estratégia militar dominante nesses conflitos.

O fato da guerra e da estratégia militar no teatro de guerra se subordinarem à política e seus objetivos caracterizam uma prática corrente há quase um século. Antes esse truísmo não era visto dessa maneira. Até a inconclusiva Primeira Grande Guerra, muitos países

5 A Constituição Federal impõe, no Art. 4º, que o Brasil se guie por dez princípios nas suas relações internacionais, dentre eles: “solução pacífica dos conflitos” e “defesa da paz”. Isso induz absoluta prioridade à estratégia nacional indireta (sem o emprego preponderante da força militar).

6 Segundo o manual de campanha C 100-5 – Operações, do Exército Brasileiro, teatro de guerra (TG) “é todo o espaço geográfico (terrestre, marítimo e aéreo) que estiver ou possa vir a ser diretamente envolvido nas operações militares de uma guerra. Pode comportar um ou mais teatros de operações (TO)”. Nele é executada a estratégia militar de guerra.

concordavam que a questão se tratava de assunto adstrito à seara militar. Oitenta anos depois do *insight* de Clausewitz, ainda não se aceitava que, por ser a guerra a continuação da política, esta deveria tornar-se a orientadora das metas militares nas campanhas dos teatros de operações (TO)⁷, já que todos os esforços militares teriam de convergir para a finalidade – naturalmente política – da guerra. Durante os vinte anos que mediaram as duas guerras mundiais, esse conceito correto amadureceu nas nações que viriam a se aliar contra a Alemanha. Estranhamente (porque Clausewitz tinha nacionalidade prussiana) na Alemanha inverteu-se o sentido da compreensão correta, com Hitler pretendendo “reunir em suas mãos o comando político e militar, gerando constantes conflitos internos que a história registra e a derrota embalsama”, como nos diz Meira Mattos.

Inquestionavelmente, a guerra é a política se manifestando de modo preponderantemente militar por uma estratégia nacional direta para conquistar os objetivos vitais não alcançados com meios não militares em tempo de paz, período em que o Estado vinha experimentando uma estratégia nacional indireta. Meira Mattos sempre expôs com clareza sua opinião sobre a subordinação da estratégia militar às diretrizes políticas, desde o nível mais alto – no qual se enquadra a estratégia militar de guerra, que dá vida à política nacional para a vitória no conflito bélico – até a estratégia operacional do teatro de operações. Ele destaca que “a política militar é a fonte inspiradora da estratégia militar” e, logicamente, se subordina à política nacional de guerra.

É com isso em mente que o general discorre acerca das visões dos autores clássicos da estratégia militar indireta (o mestre Sun Tzu e seus seguidores modernos, Mao Tsé-tung, Beaufre e Giap), da estratégia operacional da aproximação indireta (Liddell Hart, o grande codificador

7 Ainda de acordo com o C 100-5, “O teatro de operações (TO) é a parte do teatro de guerra necessária à condução de operações militares de vulto, nestas incluídas o respectivo apoio administrativo. O comando do TO tem grande autonomia de ação; por meio dele, se pode combinar, de forma centralizada, a ação das três Forças Armadas.” No TO é executada a estratégia operacional. Ele pode ser terrestre (por exemplo, na II GM, a Europa, o Norte da África), marítimo (o Pacífico) ou aéreo (a Batalha da Inglaterra), conforme a natureza das operações que predominem.

de Sun Tzu para o teatro de operações), da estratégia militar direta (Karl von Clausewitz), da estratégia nuclear (novamente André Beaufre) e da estratégia revolucionária (Mao, Ho Chi Minh e Giap)⁸.

Iniciantes nos estudos estratégicos têm certa dificuldade para apontar os pontos de diferenciação entre a estratégia nacional da ação indireta, a estratégia militar indireta e a estratégia da aproximação indireta. A razão básica talvez seja a falta de percepção de que, como acabamos de ver, a primeira ocorre em tempo de paz, é conduzida pelo governo do Estado e se destina a solucionar, sem o indesejado recurso à guerra, os conflitos internacionais envolvendo até mesmo interesses vitais do país. As outras duas são executadas na guerra pelos comandantes militares.

Considera-se estratégia militar indireta um modo da estratégia militar de guerra (teatro de guerra) que retarda ao máximo as chamadas “mães de todas as batalhas”, as grandes batalhas decisivas. Por meio dela, busca-se o desgaste físico, material e psicológico das forças adversárias em teatros de operações e frentes⁹ secundários (inclusive buscando o controle das linhas e fontes de suprimento do inimigo), antes de direcionar o esforço total no TO ou frente principal. Característica de situações de guerra em que há equilíbrio instável na correlação de forças militares, com tendência para o fortalecimento do lado que passa à ofensiva. Na Segunda Guerra Mundial, a campanha aliada do Norte da África anteriormente ao esforço na Europa evidencia um bom exemplo. Já a estratégia (operacional) da aproximação indireta se desenvolve no teatro de operações (secundário ou principal) e – com o mesmo espírito da anterior, embora em âmbito menor – evita as abordagens frontais e a batalha decisiva até o amadurecimento do desgaste das forças adversárias.

8 A estratégia revolucionária é, na verdade, uma modalidade de estratégia de ação indireta (se levarmos em conta o país eventualmente patrocinador), com uso da guerrilha como braço armado, conforme o autor afirma.

9 Frente é a faixa anterior de um setor do teatro de operações, que pode estar ativada ou não como palco das operações. Na II GM, para os alemães havia a frente russa ou oriental (Europa Oriental e Central), que Hitler, desastrosamente, resolveu abrir em junho de 1941, e a frente (da Europa) ocidental, aberta em 1940 (a Polônia já fora invadida em 1939), expandida e consolidada. Esta só veio a ser reaberta, pelos Aliados, no dia D, 6 de junho de 1944.

Verifica-se, portanto, que se trata de três níveis e duas naturezas diferentes de estratégia indireta – as duas últimas são essencialmente manobras militares na guerra; ao passo que a primeira (a nacional sem emprego predominante de forças militares) busca a solução de conflitos sem recorrer à guerra. Vale recordar que, no caso de guerra, a estratégia nacional é dita *direta*. Assim, a estratégia militar (TG) e a operacional (TO) ocupam dois níveis entre a política/estratégia nacional de guerra e a tática do campo de batalha. Apenas como informação, as atividades estratégicas e logísticas militares no TO compõem a *campanha*; as ações táticas caracterizam a *batalha*.

Ocorre que, em guerras com um só teatro de operações, a estratégia militar de guerra se confunde com a operacional, como as guerras na China antiga travadas pelo Reino de Wu, com Sun Tzu no comando do exército. Por essa razão, o tratado *A Arte da Guerra*, do mestre chinês, exalta o método indireto englobando competências do soberano (como, por exemplo, as alianças) e as do comandante militar. Daí a dificuldade de caracterizar sua estratégia indireta como só governamental (nacional), só militar de guerra ou só militar operacional. Isso se projeta, quase *ipsis litteris*, nas guerras limitadas modernas, como Irã contra Iraque, Estados Unidos e Vietnã do Sul contra o Vietnã do Norte, Estados Unidos contra Iraque etc.

Meira Mattos levanta as principais dessemelhanças entre a estratégia (operacional) da aproximação indireta e a militar (de guerra ou operacional) indireta, nos capítulos 3 e 4. Mostra-nos que Sun Tzu e seus seguidores chineses e vietnamitas contavam, inicialmente, com o desequilíbrio psicológico do inimigo, não só dos componentes da expressão militar do poder, mas da nação inteira. Procuravam evitar a ação direta armada (a campanha e a batalha), antes de dar protagonismo a ela, caso se tornasse necessária. Para tanto, priorizavam a estratégia nacional indireta e, na guerra, a militar indireta dissuasória do inimigo quanto ao enfrentamento armado (esse tipo de atitude militar envolve, por exemplo, as ações de demonstração de força). Em seguida, o general nos aponta que, pela aproximação indireta dos campos de batalha, Liddell

Hart, como doutrinador do modo militar indireto no teatro de operações, “não abandona completamente a ideia de Clausewitz de concluir a ação estratégica através de uma batalha”, mas se inspira no princípio de “um mínimo de combate e um máximo de manobra”. Realmente, ele sabia que os aforismos de Sun Tzu sobre a “arte do desvio” e a combinação das ações diretas e indiretas eram perfeitamente aplicáveis à estratégia operacional moderna, cuja preocupação principal continua sendo a criação de condições para os condutores da tática iniciarem a batalha, quando inevitável, em condições vantajosas.

Qualquer que seja o tipo de estratégia, existem constantes que podem orientar os planejadores e executantes por representarem uma espécie de memória da história do desempenho das forças militares nas guerras, citando-se, entres estas, como primordiais, os *princípios de guerra*. Eles são achados empíricos que vêm se acumulando e consolidando com os acertos e erros das manobras estratégicas, num processo inacabável que perpassa os séculos de guerra e, de tempos em tempos, sugere a reinterpretação dos conceitos ou mesmo a adoção de novo princípio. Por essas razões, o general Meira Mattos dá seu aval ao conselho de Maquiavel ao governante, citando-o: “No que tange ao exercício da mente, deve o Príncipe ler a História e considerar sobre a ação dos grandes homens, ver como se conduziram nas guerras, examinando as causas das suas vitórias e derrotas, para poder fugir a estas e imitar aquelas”.

Meira Mattos ensina que os princípios da estratégia militar são os mesmos que pautam a guerra. Tem muita razão o nosso autor. Dada a gênese comum, guerra e estratégia militar compartilham os princípios e seus corolários, os fundamentos das operações ofensivas e defensivas. Essa é a face científica da estratégia, uma ciência empírica de cunho sociológico e político. A outra face, a da arte estratégica, se refere à busca do ponto ótimo na dosagem dos princípios e fundamentos, tornada menos subjetiva pelas técnicas de simulação da dinâmica da confrontação bélica, que permitem aproximações da combinação ideal - todavia, sempre dependentes da visão estratégica dos comandantes e seus estados-maiores.

Visando à composição desse equilíbrio idealizado, o general atribui aos princípios de guerra/estratégia o valor pragmático de “padrões de referência para a análise estratégica ou para as necessidades táticas”, que “não devem ser considerados um receituário infalível”. Para o autor, eles podem, “se bem interpretados e corretamente aplicados”, oferecer “um paradigma para a ação”. A esse paradigma, temos chamado de *atitude* que condicionará o planejamento e a execução da estratégia.

Objetivo, ofensiva, manobra, massa, economia de forças, segurança, surpresa, simplicidade, unidade de comando são os princípios adotados oficialmente no Brasil – nove proposições que orientam a arte e a ciência do planejamento, da preparação e do desempenho na guerra. Eles geram os dez fundamentos da defensiva e os onze da ofensiva. Esses trinta guias formam a coluna vertebral de todos os processos de operações militares nos níveis estratégico e tático. Por sua preeminência atual, que se projeta no futuro, merecem ser considerados como princípios de guerra o *meio ambiente* e a *opinião pública* – os quais, para nós, devem respaldar a defesa contra a demonização internacional de nossa capacidade de gerir os recursos naturais e de decidir sobre questões relativas aos brasileiros indígenas. Esses temas podem servir de pretexto a questionamentos no âmbito da política internacional, incluindo-se no *script* de algumas de nossas hipóteses de emprego das forças armadas na estratégia nacional direta, e motivo de estratégias permanentes na guerra diuturna de difusão da realidade da ação do Estado brasileiro nesses setores.

Na fase de planejamento, os estrategistas utilizam a ciência e a arte para, guiando-se pelos princípios e por suas visões estratégicas, implantar atitudes que imponham a atmosfera e o ritmo da preparação e execução da estratégia de capacitação para o confronto bélico e, por via de consequência, sinalizem a postura de dissuasão e o desempenho no eventual conflito armado.

O que significa implantar atitudes no planejamento e na execução? Que atitudes são essas? Qual sua função no planejamento, na preparação, na dissuasão e, depois, na execução da campanha militar?

Importemos da psicologia a conotação de atitude¹⁰, que nos diz da predisposição individual ou coletiva para comportamentos, e o apliquemos ao campo da gestão de estratégias militares: “A atitude básica da defesa nacional brasileira é a dissuasão.” “Na campanha da Itália, a Força Expedicionária Brasileira atuou com atitude geral ofensiva, mesmo durante a parada no inverno”. “Atitude de expectativa é aconselhável na defesa em largas frentes”. “Ofensiva tática em um quadro geral de defesa estratégica é a atitude prevalecente no estágio inicial da guerra de guerrilha”. Isto é: “Os brasileiros priorizam evitar a guerra na defesa da pátria, com comportamentos dissuasórios”. “A FEB sempre procurou estar em condições de passar à ofensiva e mantê-la”. “Com meios insuficientes para ocupar toda a frente a defender, devemos ficar em condições de concentrar oportunamente o poder de combate na parte que venha a ser ameaçada pelo ataque inimigo”. “A guerrilha está sempre pronta a atuar ofensivamente, mesmo quando ainda incipiente”.

Quando adotado pelos planejadores e executores de um plano estratégico para dada situação, o conceito de atitude passa a ser expresso e aplicado com o sentido de predisponente a influir em todo o planejamento e execução da manobra estratégica por meio da adoção dos princípios e fundamentos da estratégia eleitos como adequados e sempre serão capitaneados pelo princípio *objetivo* e dosados em uma matriz otimizada de acordo com os preceitos da doutrina militar. Nesse sentido, eles podem emprestar seus nomes às atitudes dominantes. Por exemplo, postura *ofensiva*, vitória pela *manobra*, *massa* por meio da *economia de forças*, *surpresa* por meio da aproximação indireta (o artifício do “desvio” de Sun Tzu), *simplicidade* da manobra, preeminência do *objetivo*, rapidez provendo *segurança*, *unidade de comando* apesar da descentralização da operação.

Futuro, mudança, planejamento e execução de uma estratégia de preparo das forças armadas compõem um ciclo permanente de causalidade. No planejamento, o porvir é representado pelos cenários das

10 As atitudes dos subordinados e do seu conjunto, condicionadoras dos comportamentos desejados pela organização são os alvos prioritários dos chefes que pretendem dirigir liderando, isto é, além de chefes institucionais, tornam-se, também, líderes.

hipóteses de emprego (HE), atingidos pelas forças armadas em prazo compatível com a gravidade dos riscos e em condições de vantagem sobre o adversário. Para tal, elas deverão passar por mudanças, que preveem planos com destaque na preparação de hipóteses. Na medida em que prepara as forças armadas e as demais expressões do poder nacional, um país fortalece a sua habilidade de influenciar nos fatores portadores das tendências conducentes às hipóteses de emprego, reduz o déficit da mudança necessária, atualiza o planejamento e adapta a execução. Enfim, torna-se mais convincente. Este ciclo deve girar permanentemente.

Já insinuamos que o ciclo permanente de preparação para uma hipótese de emprego é um processo que arrasta consigo a competência dissuasória militar. Esta se situa aquém da capacidade plena para a guerra (cujos focos são a manobra estratégica militar no teatro de guerra e a manobra estratégica operacional no teatro de operações, e suas respectivas estratégias de apoio). Pode-se, desta forma, dizer que o caminho apropriado à dissuasão se assemelha ao da capacitação para a guerra. Quanto mais próxima da prontidão para a guerra estiver a capacidade de uma força armada, mais dissuasória ela tende a ser ante o adversário cogitado na hipótese de emprego, motivo da preparação. Como a coexistência pacífica das nações desaconselha e os limites orçamentários impedem a condição permanente de capacidade sustentada para a guerra, a quase totalidade dos países se obriga a priorizar metas de capacidade dissuasória.

Nas conclusões do capítulo 6, o general Meira Mattos apresenta ideias a respeito de uma dessas metas: “[...] (ter) uma estrutura e uma organização de forças capaz de atender à atitude estratégica defensiva ativa”, que ele preconiza. E salienta que “o efeito estratégico que devemos perseguir nessa atitude defensiva é o de criar uma força de dissuasão”.

Considera-se a atitude de dissuasão uma linha geral de procedimento do Estado com vistas a evitar a guerra por meio da indução a um país adversário ou potencial inimigo a não assumir o risco de iniciar hostilidades políticas, econômicas ou militares além do limite tolerável, diante da possibilidade de sofrer retaliação que não possa suportar. No

processo decisório desse país, a avaliação de risco tende a demonstrar que a relação custo-benefício é inaceitavelmente desfavorável para ele.

Forças Armadas dissuasórias representam apenas um vetor da capacidade de dissuasão total de um país; os outros vetores são o político, inclusive diplomático; o econômico; a vontade e o moral nacional; e o tecnológico. Para o vetor militar cooperar com o poder dissuasório do país, relaciona-se outros elementos necessários: (a) o adversário tomar conhecimento do forte poder de retaliação (real ou parcialmente simulado, mas verossímil); (b) estar convencido de que o país atacado fará uso desta ação; (c) valorizar os possíveis alvos da eventual retaliação; e (d) não poder defendê-los e manter a ofensiva simultaneamente. Seguimos a linha de Raymond Aron quando afirma que a capacidade militar dissuasória adequada a cada hipótese impõe uma situação de equilíbrio entre a capacidade ofensiva de conquista e a de defesa do território. Mesmo para uma nação pacífica como a brasileira¹¹, ela deve permitir ameaçar alvos na infraestrutura crítica do adversário. A esse respeito, o general Meira Mattos diz que “nossa estratégia defensiva deve se caracterizar pelo dinamismo do alerta e da vigilância na proteção do imenso patrimônio nacional. Deve guardar sempre uma capacidade de represália militar”.

A postura de dissuasão tem de ser encaixada no misto de ética e pragmatismo das relações internacionais, tão bem expressos por Montesquieu: “O direito das gentes se baseia naturalmente neste princípio: as várias nações devem fazer-se mutuamente o maior bem possível, em tempo de paz, e o menor mal possível, durante a guerra, sem, todavia, prejudicar seus genuínos interesses.”

Não há dúvida de que os países têm seus legítimos interesses; resta constatar quais detêm o poder de impô-los e defendê-los. Poucos podem fazê-lo a seu próprio talante, determinando os limites de aceitabilidade de ameaças, sem blefe ou bravatas. A nação que, assim pretenda agir, precisa dispor de capacidade dissuasória compatível com o vulto da avidéz internacional pelos seus interesses. No âmbito das relações internacionais existe

11 Coerentemente com a índole brasileira, a realização de guerra de conquista é vedada expressamente pelas constituições brasileiras desde a de 1891, que, pela primeira vez, dispôs sobre as relações exteriores do país.

uma hierarquia de poder tacitamente aceita pelos Estados sem a capacidade relativa de estabelecer o limite do “maior bem possível” exigido e o “menor mal possível” aceitável, em tempos de não guerra. Essa realidade também se aplica à capacidade de que sejam aceitos os seus interesses vitais por outros governos. Mesmo os organismos internacionais destinados a garantir a “governança mundial” têm seus limites de atuação respeitados ou não de acordo com as conveniências e o poder dos países afetados por suas deliberações.

PLANEJAMENTO MILITAR, ESTRATÉGIAS MILITARES COMBINADAS, TEATRO DE OPERAÇÕES

No capítulo 4, *Planejamento Estratégico Militar*, o general Meira Mattos explora e enriquece o método de planejamento de estratégias militares utilizado pelo antigo Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), desativado com a criação Ministério da Defesa. Na sua introdução, cita o destaque que Clausewitz dá ao plano de guerra, como matriz de toda a sequência de planejamento das estratégias militares, chegando até as circunstâncias da tática. É, na verdade, um alinhamento de objetivos gerado a partir do “objetivo final”, visado pelo “ato militar” e em convergência com ele. Nos próximos parágrafos, acrescentamos ideias genéricas, mais propriamente dirigidas ao leitor não afeito aos métodos de planejamento militar, a fim de alcançar um nivelamento da compreensão desta parte do livro. Convém recordar estes expedientes: à luz de cada uma das Hipóteses de Emprego das forças armadas, surgem o plano militar de guerra para o teatro de guerra (que expõe a estratégia militar de guerra) e os planos de campanha para os teatros de operações (referentes às estratégias operacionais dos TO). Pautados por eles, são elaborados os planos de preparação das forças armadas.

Todo estrategista precisa ter em conta que está determinando os meios pelos quais grupos específicos devem atuar no sentido de atingir as metas estabelecidas por uma política ou diretriz, sempre pensando na execução e nos executores. Ele desenvolve a estratégia, não por deleite ou vaidade intelectual própria. E ainda, se o elaborador da política não

considerou estas particularidades relativas ao trabalho do estrategista, cabe a este, no mínimo, interpretar as intenções políticas daquele e dar condições de exequibilidade pelos gestores da estratégia e pelos que operarão no nível tático.

O leitor já pode ter inferido que quaisquer estratégias militares estão incluídas em uma das duas categorias: (a) preparação *para* a guerra – inclusive a localização das sedes das unidades militares na paz, uma concentração estratégica pré-guerra com vista em todos os teatros de operações possíveis –; ou (b) operações *na* guerra, que são o desempenho das estratégias militares de guerra e estratégias operacionais em uma ou mais hipóteses de emprego ativadas. Façamos alguns comentários sobre elas.

Planejamento e execução de estratégias de preparo têm relação com o futuro de uma força armada e seus sistemas; ou seja, no primeiro passo, arquiteta-se a estratégia de condução para o futuro, e, no segundo, realiza-se a própria preparação. Quando bem compreendidas e articuladas entre si, essas atividades enfatizam: (a) o estado prospectivo desejado para a organização e o procedimento adequado para a mudança necessária, tendo por ponto de partida a situação atual; e (b) a importância de administrar a capacidade de dissuasão no presente, mantendo a força armada no rumo desejado, capacitando-a para as hipóteses de emprego.

Como uma estratégia de preparo pressupõe a mudança, a transformação da força armada de um estado atual para outro, com vista no futuro, o planejamento que cria a estratégia tem de se balizar por essa transformação. Isto é, deve considerar a base existente e projetar *como* e *quando* se deseja que a mudança ocorra, *que setores* a farão, *com que recursos* e *em qual cenário futuro ou hipóteses de emprego*. As ideias de mudança e futuro são, portanto, pontos centrais dos planos estratégicos de preparação.

Para ficar bem marcado: quando se planeja uma estratégia de preparo se está planejando o modo de fazer mudança, com objetivo no futuro em prazo médio ou longo, que pode ser uma tendência ou uma hipótese completa, cujos macros eventos formadores normalmente estão fora do controle do país. Essa situação gera um grau de incerteza a ser atenuado pela correspondente flexibilidade dos planos.

Pode-se, então, cunhar a seguinte premissa: o planejamento precisa do viés permanente da mudança pretendida, a fim de que resulte em um plano estratégico capaz de produzi-la. Sem visão do futuro e meta de mudança, não há estratégia de preparação. Estar-se-á apenas deixando acontecer a manutenção do *status quo*; e não se executando uma estratégia de preparo.

No Brasil, o pressuposto de toda a concepção estratégica de capacitação das forças armadas está no fato de constituírem o braço armado do Estado, destinado, sobretudo, à defesa nacional, com ênfase na obtenção da capacidade de dissuasão, em conjunto com a diplomacia e as demais expressões do poder nacional.

Vimos que a preparação voltada especificamente para a defesa externa com predominância das operações militares deve ser balizada pelas hipóteses de emprego. Estas se firmam em cenários realísticos, de base geopolítica, os quais, dentre outras informações, abranjam países, coligações ou outros atores que possam constituir ameaça bélica, e os teatros de operações correspondentes. Portanto, para cada um desses ambientes, no Brasil, o Ministério da Defesa planeja a atuação conjunta das forças, estabelece diretrizes para a preparação e realiza os exercícios e as manobras de adestramento correspondentes.

Assim se estrutura o planejamento estratégico militar de preparação para o emprego das forças armadas, visando às características de todos os possíveis TO. Ao longo da execução desta estratégia, as atualizações de tendências ou cenários que impliquem modificação de uma HE devem gerar seu aperfeiçoamento.

Com base principalmente na estratégia de preparação, as forças armadas e o Ministério da Defesa calculam a necessidade de recursos e elaboram suas propostas orçamentárias, que incluem o reequipamento e a eventual transferência de sede de unidades, com vista na concentração pré-emprego adequada. Essas propostas não aleatórias concorrem para que tenham condições de operacionalidade com valor dissuasório e evitar o seu sucateamento, pois faz parte do risco *Forças Armadas fragilizadas* uma eventual situação de:

- incapacidade de executar estratégias não convencionais para dissuadir ou enfrentar países militarmente mais fortes;
- países de menor expressão geopolítica e geoestratégica ou movimentos irregulares armados – ou uma associação entre eles – se darem conta, acerca do Brasil, de que o gigante está indefeso; e
- países limítrofes resolverem impor à força “reparações” de alegados prejuízos a seus interesses, podendo, para tanto, se coligar com outros na fila dos candidatos à liderança sul-americana de fato – uma hipótese remota, mas possível.

Na sequência daquele destaque de Clausewitz na introdução do capítulo 4, Meira Mattos extrai do manual do EMFA um conceito que, segundo ele, confirma a extensão da influência da visão do prussiano sobre o planejamento militar brasileiro: “O Plano de Guerra é estabelecido para cobrir todos os aspectos relacionados com uma hipótese de guerra (hoje, hipótese de emprego). Haverá, pois, tantos planos de guerra quantas as hipóteses de guerra considerada”.

A partir daí, desenvolve explicações sobre as Hipóteses de Emprego, colocando o foco nos chamados *conceitos estratégicos militares* gerados por elas e na concepção geral da guerra, incluída em cada conceito. Atribuição do antigo Conselho de Segurança Nacional, a elaboração desta concepção estaria, hoje em dia, na seara do Conselho de Defesa Nacional¹², secretariado pelo Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. A concepção geral da guerra – destaca o autor, sempre nos lembrando de que a base de tudo é a hipótese de emprego – apresenta dados com os quais se formulam as diretrizes para o planejamento militar. E a enfatiza ainda, em cada hipótese, como fonte dos conceitos das operações (os esquemas gerais das manobras estratégicas operacionais) no TO, em especial a estratégia militar conjunta¹³, que arquiteta o emprego das forças armadas sob um comando unificado. Pelo caminho do plane-

12 Composição do Conselho de Defesa Nacional (Constituição Federal, Art. 91): Vice-Presidente da República, Presidente da Câmara de Deputados, Presidente do Senado Federal, Ministro da Justiça, Ministro da Defesa, Ministro de Relações Exteriores, Ministro do Planejamento, Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

13 As três Forças sob um comando único, que será baseado na Marinha, Exército ou Força Aérea conforme a natureza do Teatro Operações.

jamento em cascata – da estratégia de guerra até a tática –, Meira Mattos conduz nosso pensamento para a importância das operações conjuntas.

Lendo o livro, recordei-me das análises semanais do general, plenas de ensinamentos para os oficiais da Brigada Latino-Americana, que comandava como coronel nas operações na República Dominicana. Sempre nos mostrava os aspectos fundamentais da congruência entre os planos de operações de todas as forças envolvidas nas ações estratégicas e táticas e, sobretudo, deles com os objetivos políticos da intervenção da OEA naquele país.

Meira Mattos nos aponta o elo mestre que assegura a fidelidade dos objetivos militares às metas políticas: a estratégia operacional, responsável pela transformação da estratégia militar de guerra – cujos objetivos estão muito próximos das metas políticas – em movimentos estratégicos entre campos de batalha com objetivos táticos convergentes para o objetivo da campanha. Isso, em última análise, alinha as operações militares no TO com a meta da guerra.

No capítulo 5, seguinte ao do planejamento estratégico-militar, o autor tece considerações sobre a estratégia de operações conjuntas, numa espécie de aplicação das ideias buriladas anteriormente. O marco de referência é a Segunda Guerra Mundial, na qual ele testemunhou, como arguto observador, o “surgimento das operações conjuntas”. E explica que as razões determinantes do abandono das operações independentes realizadas por uma só força armada foram a “grande extensão dos teatros de operações, a variedade dos meios empregados e a necessidade de coordenação de todas as ações”. Tudo isso visando aos objetivos das campanhas, mormente no Pacífico, na invasão do norte da África e da Normandia e no continente europeu. É fácil concluir que essas circunstâncias de tamanho do TO e de dificuldade de coordenação se aplicam, à perfeição, às hipóteses brasileiras de conflito.

Tão evidenciada ficou a importância dos comandos conjuntos na Segunda Guerra, que, durante ou após ela, diversos países criaram estados-maiores para o planejamento das operações dessa natureza. No Brasil, estabeleceu-se o Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA), em 1949.

Eis um ponto a ser considerado com muito cuidado pelo governo e pelos estrategistas militares brasileiros em relação à defesa dos grandes espaços amazônicos e outros eventuais teatros de operações: comandos conjuntos desde o tempo de paz, específicos para as hipóteses de emprego.

Em suas “sugestões para uma estratégia militar brasileira”, no capítulo 6, o general Meira Mattos faz uma esmerada avaliação geopolítica das razões de nossa defesa militar e dos possíveis teatros de operações, que merece uma atenção especial do leitor, independentemente da natural necessidade de atualização dos dados.

No marco das manobras estratégicas contrapostas no TO, ocorre a síntese da definição mais simples de Foch para estratégia militar: a oposição de duas vontades, que empregam a força para se impor. Esse choque de vontades perpassa todos os níveis das forças militares envolvidas e dele sairá vencedor o lado que mais bem explorar todas as circunstâncias, a começar da modelagem das estratégias à realidade geopolítica.

O comandante da campanha no TO precisa se preocupar em relação à estratégia operacional no sentido em que se amolde à importância de obtenção de uma unidade geopolítica na qual se insiram as operações das forças militares, preponderantes, é bem verdade, mas ajustadas não somente à fisiografia e ao clima. Elas devem ser igualmente harmônicas com os aspectos econômicos, psicossociais e ambientais regionais.

Já constatamos que a manobra estratégica operacional no rumo do objetivo da campanha tem, como principais elementos, as batalhas, reinos da tática, e o movimento estratégico entre os campos de batalha. Verificamos, ainda, ser esse objetivo dependente do objetivo militar de guerra, o qual, por sua vez, deriva da política de guerra. Mas o leitor fará bem em guardar a ideia de que o teatro de operações só se transformará em uma unidade geopolítica se a manobra estratégica operacional se amoldar a todos os fatores extramilitares citados acima. Enfim, nos embates no TO, é impositiva a interação permanente da estratégia operacional com a geopolítica.

Uma vez que se precisa obter a unidade geopolítica num teatro de operações e tendo em vista os conceitos anteriores, pode-se afirmar

que, para uma correta arquitetura da estratégia operacional, o método de análise geopolítica tem de ser utilizado no diagnóstico do conjunto das circunstâncias, em “mixagem” com o método militar de estudo de situação.

Meira Mattos o faz com a maestria de sempre. No capítulo 6, ele atinge o alvo que veio prenunciando todo o tempo. Após uma objetiva e elucidativa análise geopolítica, aponta os TO que possivelmente comporão nossas principais hipóteses de emprego e os relaciona com as necessidades de comandos conjuntos, desde o tempo de paz. Sugere a ativação permanente de um comando conjunto geral, e também para cada área estratégica prioritária, a saber, Atlântico Sul, Bacia do Prata e Amazônia. Acrescenta que “as mutações estratégicas poderiam orientar a criação de uma subárea estratégica no Nordeste, particularmente ante uma ameaça extracontinental, e, outra, na região Centro-Oeste”. E, com a experiência vivida justificadas pelas urgências e atropelos das preparações da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e do Destacamento Brasileiro da Força Armada Interamericana de Paz na República Dominicana (FAIBRÁS), é cabal na advertência: “Não se deve esperar o momento da crise para se organizarem esses comandos conjuntos”. Conselho que parecia antecipar a criação do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas no Ministério da Defesa, um bom abre-alas.

As naturais mutações da política internacional; as tentativas de estabelecer um invisível e quase imperceptível sistema de governança mundial; o hábito das gentes de viverem em países com culturas padronizadas pelo processo contínuo de globalização; as mentalidades equalizadas que assim surgem; as persistentes desigualdades sociais na maioria dos países, em defrontação com a estandardização cultural; a facilidade de manipulação da opinião das sociedades e das nações e de satanização internacional dos governos “da vez”; o avanço do conceito de fronteira para os limites das mentes dos cidadãos; o crescimento exponencial da capacidade de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e de domínio das inovações tecnológicas com poucos países detentores de tecnologias-chave; o abocanhamento dos mercados pelo rolo compressor dos preços chineses; a crescente

influência das novas ideias ambientalistas; a luta vital por fontes de energia; o poder cada vez maior das coligações de potências para arbitrar e impor seus interesses vitais; a insistência de certos partidos políticos no poder em se apegarem a ideologias que, até a algumas décadas, tinham um papel histórico a desempenhar, mas hoje anacronizadas pela própria história; os fanatismos de variadas naturezas; tudo isso acelera o passar do tempo político.

Tempo político que tenta inverter a tradicional relação com a economia e se esforça por atropelá-la, sem, no entanto, conseguir ultrapassá-la, criando impasses imobilizadores em países que ainda tentam a marcha sustentada para a modernidade. E que, quanto ao nosso tema, também exige vigilância perspicaz sobre a atualidade das hipóteses de emprego das forças armadas e seus possíveis teatros de operações, bem como flexibilidade no redirecionamento dos esforços de defesa nacional. Sobretudo, há de se levar em consideração que a avalanche da informação e do conhecimento vem ampliando e ocupando o TO das mentes e das vontades do pessoal militar, com muito mais força a cada dia. Eis um teatro de não guerra e vários teatros de operações permanentemente ativados, que requerem estratégias criativas.

Mutatis mutandis, esse quadro se aplica a todas as épocas. Em qualquer período, o observador arguto e além do seu tempo consegue elaborar projeções e vislumbrar consequências. Meira Mattos se enquadra nesse perfil. Neste livro, ele mostra que a manobra estratégica é a busca do melhor aproveitamento das oportunidades oferecidas pelo espaço geográfico e da neutralização possível das dificuldades que este e o inimigo apresentam para a conquista dos objetivos militares. Ele igualmente induz a premissa de que as diretrizes políticas de guerra devem orientar a adaptação da manobra às circunstâncias geopolíticas.

Da mesma forma, o general acredita em respostas criativas ao desenvolvimento acelerado da tecnologia de materiais e sistemas de emprego militar. Essa verdade não se aplica só ao campo da P&D, mas também ao reajuste das dosagens tradicionais dos princípios e fundamentos da estratégia. Há que se manter alerta para o fato de que estratégia destinada à mudança

de um estado de coisas estar sujeita – ela mesma – à transformação, a uma velocidade correspondente às mutações características das Eras.

A evolução da tecnologia missilística, dos veículos aéreos não tripulados e da vigilância via satélite não anula o conceito de TO – como equivocadamente se imaginara, por exemplo, quando do surgimento da arma nuclear. Não fica decretado o fim da estratégia operacional e da tática, devido a um suposto circuito direto da política para a técnica. Na verdade, trata-se da disponibilização de novas ferramentas para o planejador e o executor da estratégia militar, como o foram, em outros tempos, o trem, a metralhadora, o balão de observação, o rádio, o obuseiro retrocarregado, o carro de combate, o avião, o submarino. Quando surpreendentes inovações tecnológicas podem gerar assimetrias temporárias, que logo precisam ser neutralizadas por novos desenvolvimentos tecnológicos adversos ou inusitados modos de combinação dos princípios e fundamentos da estratégia. Essa dinâmica sempre será válida para teatros de operações de quaisquer naturezas e épocas.

Meira Mattos aborda com muita pertinência o tema da relação *defesa nacional-tecnologia* no capítulo 3, analisando a estratégia espacial ou “guerra nas estrelas”, um sistema defensivo que se apregoava ser “capaz de cobrir os alvos mais importantes do território norte-americano¹⁴”. O domínio da tecnologia de ponta no campo da defesa ajuda realmente a fazer a diferença na dissuasão em tempos de paz e a desequilibrar a relação de forças na guerra, sendo necessário para tanto, segundo o autor que “a cada inovação técnica aplicada às armas ou engenhos deve corresponder um redimensionamento da estratégia”.

Os países tratam de obter o domínio de tecnologias úteis ao fortale-

14 Recorde-se que este livro foi criado antes da *débâcle* da União Soviética, única potência que, na época, podia ameaçar o território norte-americano com mísseis. A guisa de comentário lateral, que não cabe desenvolver nesta análise, o programa Guerra nas Estrelas foi mais um dos fatores determinantes do esboramento da já comalida economia soviética, que passou a ser drenada dos recursos destinados à P&D de equipamentos capazes de responder à iniciativa americana. Social e politicamente, as bases da URSS já vinham se abalando pelo desgaste do longo regime, pelo forte nacionalismo em algumas repúblicas e pelo aceleração desse processo desde a política de cobrança internacional do respeito aos direitos humanos, intensificada pelo presidente Carter.

cimento da capacidade defensiva ou ofensiva. Ao anúncio de uma inovação nessa área, segue-se a declaração da importância de sua contribuição para a garantia da paz, pelos efeitos do conseqüente incremento da capacidade de dissuasão. Se por este ponto de vista um projeto de P&D pode ser considerado um êxito, por outro lado, há, todavia, uma tendência ao surgimento do ciclo armamentista, sempre justificada pelos governos pela escalada crescente de ameaças por parte do concorrente. O ciclo sempre consta de medida-contramedida-contramedida etc.

Para o profissional militar, no entanto, a discussão sobre essa segunda face do problema é concernente ao chefe do Estado. Às forças armadas interessa a preparação adequada para dissuadir e combater. Preferentemente dotadas de material e sistemas desenvolvidos nos seus próprios países. Assim surgem questões recorrentemente discutidas nos estados-maiores e em simpósios: “realizar a P&D autóctone ou adquirir no exterior?”; “no caso de aquisição, exigir transferência de tecnologia?”; “o vulto da aquisição nos dá *cacife* para tal exigência?”; “as propostas estrangeiras de transferência de tecnologia são verazes ou apenas *cenoura*¹⁵?”

Em 1933, na arrancada para sair da crise de 1929, o primeiro Roosevelt estabeleceu o *Buy American Act*, como ficou conhecida a lei que obrigava os órgãos governamentais a dar preferência a bens e serviços nacionais ao invés de comprá-los ou contratá-los no exterior. É desnecessário comentar o efeito de alavancagem nas empresas estadunidenses gerado pela transformação da cadeia produtiva em acelerado ciclo virtuoso, dado o grande incremento da demanda. A África do Sul decidiu ter o seu *Act* próprio diante do boicote internacional – justo, diga-se – devido ao regime de *apartheid*, e passou a produzir os materiais e sistemas de emprego militar de que necessitava, com ótima qualidade. Poderíamos nos “autoimpor o boicote” por meio de um decreto semelhante ao norte-americano, a caminho da autossuficiência em artigos críticos em relação aos adversários, teatros de operações e estratégias

15 A palavra cenoura é usada para denominar o chamariz para o negócio, com conotação de engodo, à semelhança do que se faz para atrair muares empacados.

militares previstos nas hipóteses mais importantes de emprego na defesa externa. Os comandos destinados às HE participariam dos estudos voltados à recomendação dos mais adequados.

CULTURA NACIONAL E DOCTRINA MILITAR

A doutrina militar de um país define-se como um conjunto de atitudes estratégicas e táticas de possível adoção por suas forças armadas. Os elaboradores da doutrina a idealizam para os teatros de operações das hipóteses de emprego, levando em consideração a geografia, a natureza e vulto das ameaças e os princípios de guerra/estratégia. Na medida em que cresça a probabilidade de ativação da Hipótese de Emprego, os fatores geopolíticos e a geoestratégia¹⁶, sugeridas por eles, passam a interferir na ajustagem da doutrina. Os formuladores devem, também, manter aberto o canal de influência da cultura local, da história, da tradição, do orgulho pátrio, da política exterior do Estado, do poder nacional (nele se inserem a higidez e consistência da economia, a habilidade e tenacidade da política externa, a capacidade militar, o domínio tecnológico e a vontade e o moral da nação). Vale dizer que, além de ser o modo pelo qual um país visualiza a concretização militar de sua política de defesa, as estratégias militares correspondem a uma doutrina militar conforme feito da nação¹⁷. Doutrina militar em descompasso com a cultura do país tende a enfraquecer o indispensável apoio popular aos eventuais empregos da força na defesa nacional.

Assim, a doutrina militar requer a aplicação dos princípios da estratégia e os fundamentos da ofensiva e defensiva no planejamento e execução das operações, com prioridades e dosagens adequadas à situação no teatro de guerra, nos teatros de operações e nos campos de batalha. Porém, adequação não só com a situação militar, mas também à geografia e à geopolítica. É fundamental que essas prioridades e dosagens

16 Meira Mattos define assim geoestratégia: “A estratégia aplicada às áreas privilegiadas pela geopolítica (áreas consideradas críticas)”.

17 Ao feito da nação: por sinal, esse é o modo como devem ser elaborados todos os planos de fortalecimento e emprego do poder nacional.

sejam submetidas à ascendência dos conceitos acima, pois neles está a gênese nacional da doutrina. Tomem o caso brasileiro. Nossa cultura de povo pacífico impõe que a postura primeira em face da guerra seja evitá-la; sempre por meio da dissuasão, nunca pela submissão. Mesmo que a dissuasão venha a falhar e sobrevenha a guerra, a atitude e as ações essencialmente ofensivas induzidas pelos princípios da estratégia militar – *objetivo* e *ofensiva* – e pelos fundamentos – *máximo emprego de ações ofensivas, neutralização da capacidade de reação do inimigo, exploração das deficiências do inimigo, manutenção da impulsão do ataque e exploração do êxito* – devem ter por horizonte prioritário a vitória nas batalhas e campanhas, não a destruição física em massa de forças militares já neutralizadas, de populações civis ou de cidades.

Essa maneira de encarar o enfrentamento militar na exata medida do necessário se atribui ao que Meira Mattos destaca na síntese que faz da cultura brasileira em face da guerra: “A índole de nosso povo é pacífica”. Além disso, ela foi reforçada, na era republicana, pela condição geopolítica de nação territorialmente satisfeita, ciosa do patrimônio consolidado ao longo da história e respeitosa dos acordos diplomáticos.

Essa índole brasileira – “do homem tropical”, como exalta o general em seus escritos geopolíticos – mobilizou, por exemplo, as três etnias na expulsão dos invasores no século XVII. Inspirou o planejamento e a execução das estratégias do Duque de Caxias nas campanhas de pacificação interna e de defesa externa, e o fez anistiar com grandeza, rejeitando a vingança e a pequenez da oficialização do revanchismo por meio de leis. A índole brasileira manteve nossos geopolíticos afastados das justificativas expansionistas originárias da Escola de Munique, ao mesmo tempo em que levava o povo a pressionar o chefe de Estado a responder com declaração de guerra às afrontas dos torpedeamentos dos espaços marítimos de cabotagem do país. Ela tolera as diferenças até o limite do bem comum, mas é veemente no repúdio à leniência além desse ponto.

Não obstante esse temperamento pacífico, a satisfação territorial e a realidade de “não haver ameaças externas que expliquem uma atitude

ofensiva brasileira (na não guerra)”, Meira Mattos alerta para o fato de que “diante de nossa expressão geopolítica, devemos reconhecer que, mesmo dentro de uma política militar defensiva, muito temos a preservar”. Por essa razão, arreda a “postura de passividade” e privilegia “a estratégia militar preventiva, de atitude defensiva e de vigilância”, dada a possibilidade de surgirem eventuais “fontes de antagonismos internacionais”.

O primeiro parágrafo da nossa Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovada em 2008, é moldado por essas propensões:

O Brasil é pacífico por tradição e por convicção. Vive em paz com seus vizinhos. Rege suas relações internacionais, dentre outros, pelos princípios constitucionais da não intervenção, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos e democracia. Essa vocação para a convivência harmônica, tanto interna como externa, é parte da identidade nacional e um valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

Pouco adiante, porém, o general nos lembra que “se o Brasil quiser ocupar o lugar que lhe cabe no mundo, precisará estar preparado para defender-se não somente das agressões, mas também das ameaças. E conclama a nação: “Vive-se em um mundo em que a intimidação tripudia sobre a boa-fé. Nada substitui o envolvimento do povo brasileiro no debate e na construção da sua própria defesa.”

O livro *Estratégias Militares Dominantes* deve ser percorrido com o espírito da advertência e da conclamação dessas duas últimas linhas extraídas da END. Elas servem de estímulo à leitura deste e de todos os trabalhos do general Carlos de Meira Mattos, que as atendem cabalmente. Por essas razões, a divulgação de suas obras e de comentários sobre elas é muito bem-vinda. Apraz-me estar participando desse processo, o que, ademais, propiciou-me continuar aprendendo com o general.